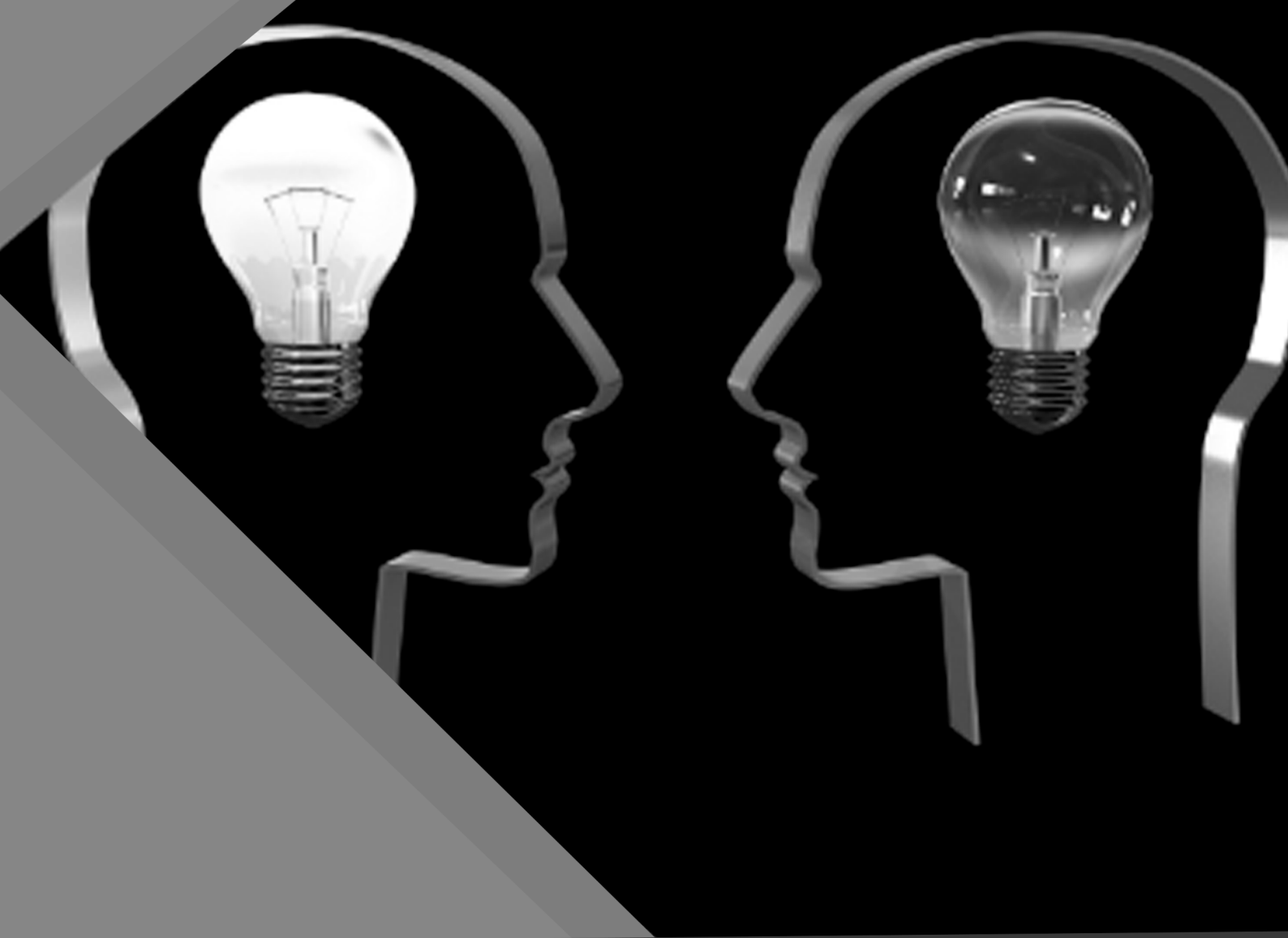




Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)

Discussões Interdisciplinares no Campo das Ciências Humanas 2



Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)

Discussões Interdisciplinares no Campo das Ciências Humanas 2

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo

Edição de Arte: Luiza Batista

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

ados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D611	<p>Discussões interdisciplinares no campo das ciências humanas 2 [recurso eletrônico] / Organizadoras Denise Pereira, Janaína de Paula do E. Santo. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-128-2 DOI 10.22533/at.ed.282202306</p> <p>1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil. I. Pereira, Denise. II. Santo, Janaína de Paula do E.</p> <p style="text-align: right;">CDD 300</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Discussões Interdisciplinares no Campo das Ciências Humanas se constitui em uma coletânea de artigos preocupada em apresentar e discutir a miríade de possibilidades das humanidades enquanto área de conhecimento. A interdisciplinariedade tem sido uma busca e um alvo constante nas discussões da área, e do processo de ligação entre as diferentes áreas de conhecimento. Isso está presente na formação da palavra, composta pelo prefixo inter, ou seja, dentro, entre, e a palavra disciplinar, que marca, o sentido pedagógico de um campo ou de uma área de pesquisa. Reconhecer as ciências humanas como um espaço plural e em constante diálogo tem sido um dos desafios dos últimos tempos. Trata-se de um processo dinâmico, que busca a compreensão ampliada dos diferentes saberes.

Neste sentido evocamos a noção de interdisciplinaridade de Weil, D'Ambrosio e Crema (1993) que chamam a atenção para o aspecto de síntese do conceito, e a possibilidade de abarcar, em diálogo, duas ou mais disciplinas, constituindo um discurso em diferentes níveis, que são caracterizados por uma nova linguagem descritiva e novas relações estruturais, nos diversos campos científicos. Ainda neste sentido, mas em um olhar ainda mais abrangente, Lück (1999) aponta que a interdisciplinaridade é um processo que envolve a integração e o engajamento de pesquisadores, num trabalho conjunto. Essa interação visa, especialmente se contrapor à fragmentação do conhecimento em um empenho para alcançar um ambiente de saberes cidadãos, de uma visão mais ampla de mundo, do enfrentamento de problemas complexos, do conhecimento amplo como uma ferramenta de interpretação da realidade, e por consequência, da construção de amplitude nos processos de olhar o mundo.

Há que se caminhar, cada vez mais para a visão de um conhecimento circular e dinâmico, constitutivo e dialógico, de formação de sentidos para a experiência no mundo, no tempo e no espaço, que fortaleçam, demonstrem e explorem, cada dia mais, o impacto da percepção humana no processo de absorção do conhecimento (ou seja, o modo de ver, classificar e elaborar) para além da ideia de uma ferramenta de análise, mas, muito especialmente, como uma forma de estimular o pensamento. Um canal de formação de sentidos.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira

Janaína de Paula do E. Santo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA NA PRÁXIS EXTENSIONISTA – INDICADORES DE AUTOGESTÃO NA INCUBAÇÃO DO NÚCLEO DE PRODUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BEM DA TERRA/RS	
Tiago de Garcia Nunes Samantha Vieira Zschornack Diego Rodrigues Gonçalves Solaine Gotardo	
DOI 10.22533/at.ed.2822023061	
CAPÍTULO 2	13
CAMELÔS E PREFEITURA MUNICIPAL: TERRITORIALIDADES E CONFLITOS NO CENTRO COMERCIAL DE FEIRA DE SANTANA (BA)	
Alessandra Oliveira Teles	
DOI 10.22533/at.ed.2822023062	
CAPÍTULO 3	26
SOBRE DUALISMOS E COMPLEMENTARIDADES: NA CIÊNCIA, A FLUIDEZ EM PERSPECTIVA	
Rodrigo Dutra Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.2822023063	
CAPÍTULO 4	45
AS CATEGORIAS: REGIÃO, COMUNIDADE E TRADICIONAL NO CONTEXTO HISTÓRICO DO GRUPO SOCIAL DE CANABRAVA	
Letícia Aparecida Rocha Edivaldo Ferreira Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.2822023064	
CAPÍTULO 5	59
A MEDIAÇÃO COMO MÉTODO ADEQUADO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NA SEARA FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA	
Jessyca Fonseca Souza	
DOI 10.22533/at.ed.2822023065	
CAPÍTULO 6	71
A MISSÃO FRANCESA: UMA REFLEXÃO SOBRE A INFLUÊNCIA DOS <i>ANNALES</i> NO BRASIL NOS ANOS 30	
André Augusto Abreu Villela	
DOI 10.22533/at.ed.2822023066	
CAPÍTULO 7	88
A REVOLTA NOBILIÁRIA DE 1272/1273 NA CRÔNICA DE ALFONSO X, O SÁBIO	
Luiz Augusto Oliveira Ribeiro Jaime Estevão dos Reis	
DOI 10.22533/at.ed.2822023067	

CAPÍTULO 8	100
DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO: DIÁLOGOS EMANCIPATÓRIOS EM PODCAST E VIDEO	
Vera Borges de Sá Isabelle Barbosa da Silva Julianne Ferreira de Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.2822023068	
CAPÍTULO 9	111
IDENTIDADE E DIFERENÇA: NOTAS INTERDISCIPLINARES PARA A PESQUISA JUNTO AOS POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES QUILOMBOLAS	
Diana Cibele de Assis Ferreira Halda Simões Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2822023069	
CAPÍTULO 10	121
POLÍTICAS PÚBLICAS NA AGENDA SOCIAL QUILOMBOLA: PERCEPÇÕES E DESAFIOS	
César Augusto Fernandes Silva	
DOI 10.22533/at.ed.28220230610	
CAPÍTULO 11	136
INVESTIGAÇÃO DO DIMORFISMO SEXUAL EM ESQUELETOS HUMANOS ATRAVÉS DA MEDIÇÃO DOS OSSOS DO QUADRIL	
Ellen Mayara Lima Silva Marcela Martins da Silva Nascimento Taciana Rocha dos Santos Carolina Peixoto Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.28220230611	
CAPÍTULO 12	143
O ETERNO RETORNO DOS MORTOS E DEUSES: UMA LEITURA DO CONCEITO EM <i>ARAWETÉ: OS DEUSES CANIBAI</i> S	
Maria Carolina Moreira Moracci	
DOI 10.22533/at.ed.28220230612	
CAPÍTULO 13	154
LEIBNIZ: UM HOMEM A FRENTE DE SEU TEMPO, FILÓSOFO, MATEMÁTICO E CRISTÃO ECUMENICO	
Izaías Geraldo de Andrade Maria das Dores Andrade de Barros	
DOI 10.22533/at.ed.28220230613	
CAPÍTULO 14	167
MEMÓRIA COLETIVA E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	
Leila Sala Prates Ferreira Tânia Rocha Andrade Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.28220230614	

CAPÍTULO 15	176
MIGRAÇÕES E MOBILIZAÇÃO PARA O TRABALHO NA HISTÓRIA DA MODERNIZAÇÃO	
Allan Rodrigo de Campos Silva	
DOI 10.22533/at.ed.28220230615	
CAPÍTULO 16	189
MULTIDIMENSÃO DAS DEMÊNCIAS EM IDOSOS	
Márcia de Oliveira Siqueira	
Leonardo Saraiva	
Lia Mara Wibelinger	
DOI 10.22533/at.ed.28220230616	
CAPÍTULO 17	198
OS EFEITOS DO CONSUMISMO NAS RELAÇÕES SOCIAIS: O DESCARTE DO OUTRO NA MODERNIDADE LÍQUIDA	
Matheus Luiz de Souza Céfaló	
DOI 10.22533/at.ed.28220230617	
CAPÍTULO 18	214
PARADIGMAS DE DESENVOLVIMENTO NA ERA DO NEOLIBERALISMO PROGRESSISTA: AS MUTAÇÕES DO CAPITALISMO E O PAPEL DA CRÍTICA	
Natália Sant Anna Torres	
DOI 10.22533/at.ed.28220230618	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	227
ÍNDICE REMISSIVO	228

MIGRAÇÕES E MOBILIZAÇÃO PARA O TRABALHO NA HISTÓRIA DA MODERNIZAÇÃO

Data de aceite: 17/06/2020

Allan Rodrigo de Campos Silva

Doutor em Geografia Humana pela
Universidade de São Paulo

O linguajar cotidiano torna-se mais vazio a cada vez que são pronunciadas as explicações técnicas acerca das medidas drásticas tomadas para o bem geral da nação. Demissões em massa, aumento dos juros e da jornada de trabalho, restrições à aposentadoria, cortes em saúde e educação ou alienação de direitos políticos, tudo é “explicado” a partir de uma misteriosa “necessidade econômica”. E tal desentendimento causado pelo confinamento dos termos da explicação passa a restringir também nosso horizonte de expectativas de entendimento de mundo.

O migrante e a migração, entretanto, pertencem a uma categoria de assuntos que guardam uma estranha nitidez: mesmo os especialistas de plantão não conseguem esconder por muito tempo as verdadeiras intenções atrás de suas falas enigmáticas. O cosmopolitismo e a universalidade, inerentes à temática migratória, guardam uma potência de alargamento do nosso

horizonte de entendimento, sempre insuficiente frente à complexidade e extensão dos problemas que os envolvem.

Entretanto, como nossa experiência individual de enfrentamento e entendimento do mundo está sempre submetida a mediações que controlamos apenas aparentemente, muitas vezes sequer chegamos a problematizar os termos das relações às quais nos submetemos. Contudo, ainda que a tomada de consciência e o descortinar da realidade não sejam simples etapas que levam necessariamente a um nível superior de vida social, a bem dizer consciente sobre a sua forma, sem uma reflexão crítica só podemos ser levados à autodestruição, já que o mundo tal e qual se nos apresenta é movido por um processo cego de convergência autodestrutiva.

É possível – necessário – trilhar um caminho de reflexão crítica sobre a migração no mundo moderno porque vivemos hoje sob a égide do controle populacional. Sob a tutela do paradigma dos direitos humanos assistimos à hiper tecnificação do controle dos corpos (digital e virtual) tornados improdutivos e supérfluos frente ao movimento de valorização do dinheiro em escala global.

Como fenômeno amplo, a *gestão populacional* traz à tona o tema das expulsões, dos encarceramentos, dos confinamentos, dos guetos, da assistência social, das políticas de emprego e habitação até ao mais nefasto nível da transformação dos corpos em objetos, do tráfico humano ou de partes de corpos humanos no mercado de órgãos. A migração contemporânea é um dos sintomas do colapso geral das sociedades modernas e de seus regimes de soberania estatal em frangalhos. O planeta, tornado um território fronteiro global onde impera o estado de exceção (Agamben, 2004) permanente, carrega consigo a ameaça da transformação dos mercados de trabalho regionais e mesmo nacionais em gigantescas zonas de confinamento e de espera, como de fato acontece nos campos de refugiados administrados pelo ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) e pela OCHA (Coordenação de Assuntos Humanitários da ONU), as entidades responsáveis pela reciclagem das sobras humanas das guerras de ordenamento mundial promovidas pela OTAN e capitaneadas pelos EUA.

Se vistos sob o prisma da mobilidade do trabalho, os vínculos internos entre esta série de fenômenos revelam de contundente. Consequentemente, a crítica ao trabalho enquanto tal, como forma de relação social única e exclusiva da modernidade a ser abolida compõe o horizonte de expectativas do qual este trabalho é tributário.

Garantir uma boa dose de consciência histórica aos termos que utilizamos é importante porque a própria sociedade tem história e os significados e capacidades comunicativas das palavras transformam-se ao longo do tempo, revelando transformações na própria ordem do tempo histórico ao qual estamos atados. Por outro lado, também pode se transformar o lugar social de quem fala e que tem o direito de se pronunciar sobre o que de fato são estes problemas e para onde corre o comboio da modernização.

As raízes da modernização

As luzes da modernidade embaçam a vista de todos que olham para ela diretamente. Para percorrer um caminho crítico em relação às ilusões que carrega e projeta sobre nós, portadores do mesmo conhecimento moderno que pretendemos criticar, uma linha oblíqua parece ser o único possível. Entretanto, mal nos desviamos no caminho seguro da Razão e da sua apologia, logo percebemos o grotesco e sinistro ignorado pelo olhar obtuso.

Em um panfleto de muito sucesso, a apologia da modernidade e de sua Razão irrefletida se faz sentir sem o menor constrangimento: o prefácio de ‘A ética protestante e o espírito do capitalismo’, do sociólogo alemão Max Weber (Weber, 2004), é uma síntese, ao mesmo tempo arrogante e ingênua, da pretensa superioridade histórica da racionalidade moderna em todos os campos produzidos separadamente ao longo do próprio processo de autonomização da modernidade capitalista. Do ponto de vista da obtusa racionalidade modernizadora, ou seja, do ponto de vista científico, a arquitetura, as artes, a engenharia etc., nunca antes puderam ser vivenciadas em uma organização social baseada no funcionário especialmente treinado. O *ethos* protestante do trabalho – a sujeição à maquinaria de trabalho como atividade cujo fim reside em si mesma – surge para Weber como uma compulsão *quasi* objetiva. Entrementes,

Weber percebe que o trabalho é uma prática social que fundamenta o critério da participação social de que os sócios só tomam parte na medida em que a ele se submetem.

A moderna catequese de Weber, entretanto, toma a determinação moderna do trabalho como invariável humana, um axioma, e sua pregação volta-se para o entendimento da *apropriação do impulso humano para o ganho e sua racionalização*.

A racionalização de indivíduos adequados à rentabilidade é a tese em que se apoia a ingenuidade e a arrogância histórica da modernidade de Weber, mas também de qualquer outro apologista, tão enfeitiçados pelos ganhos futuros que mal conseguem se perceber frente aos processos que a sociedade instaurou e que, historicamente, nunca foram diretamente controlados pelo conjunto da população. Como o *Golem* que é criado da lama por mãos humanas e ganha vida própria, o amadurecimento do Capital como um sistema total coincidiu com a autonomização da sua lógica interna a qual, por sua vez, permitiu o surgimento de campos autonomizados que passaram à catalogação dos procedimentos úteis a cada departamento da sociedade. A autonomização, neste sentido, pode ser entendida analogamente, como a lógica do Capital em fuga do controle social e político sobre si.

O movimento operário e o marxismo também orbitaram por muito tempo ao redor do campo de forças da apologia à modernização. A emancipação da crítica social à modernização depende, em nossos dias, da decantação do evangelho do trabalho e de sua transformação em instrumento de crítica da sociedade do trabalho. Isso se faz mais urgente na medida em que a sociedade do trabalho passou crescentemente a se auto deslegitimar, ao perceber, ainda que de forma incipiente, a dessubstancialização do trabalho em relação à valorização do valor. O cinismo da prática social em geral – inclusive no interior das próprias relações de trabalho *strictu sensu* – e a virada cínica (e pragmática) pós-moderna são ambos subprodutos desse desatamento histórico.

Parteira ao mesmo tempo da lógica objetiva do Capital e das formas de percepção e entendimento às quais estamos atados, a modernidade erigiu a si como o patamar pretensamente mais alto na história da civilização humana. Mas, na medida em que alguns investigadores passaram a enxergar a si mesmos como personagens na própria trama da modernização, um caminho oblíquo foi sendo aberto em seu próprio terreno. O século XIX produziu grande parte desta capacidade auto reflexiva gerada pela modernidade.

Em linhas gerais, o problema do entendimento crítico do capital e a percepção da sua lógica entranhada na nossa capacidade reflexiva remete a um campo duplo. Ao elaborar o problema do fetichismo da mercadoria como lógica que passa às costas dos sujeitos modernos, Karl Marx precisou lançar mão deste campo duplo, a saber, da crítica da economia política e da elaboração sobre o fantástico. A coexistência destes dois campos, aparentemente contraditórios e auto excludentes, é até hoje causa de um entendimento parcial e superficial da crítica radical à modernidade preconizada pelos escritos de Marx, ora tomados como evangelho modernizador, ora como filosofia metafísica e ultrapassada. Pensados em conjunto, entretanto, estes dois campos só podem apontar para uma fantástica crítica da modernização, com perdão do trocadilho.

Os rascunhos de Walter Benjamin sobre o *Capitalismo como religião* reúnem de forma

surpreendente estes dois campos, ainda que por uma via própria, já que o contato do autor com Marx vai se dar nos anos seguintes à redação deste pequeno ensaio (Benjamin, 2013). Benjamin reorganiza os critérios de avaliação da autoconsciência histórica da modernidade ao subverter o diagnóstico weberiano, tornado ele mesmo uma versão inconsciente de seus próprios termos. Para Benjamin o capitalismo, parasita da religião, substitui seu hóspede e toma seu lugar de mediador inconsciente com a dimensão transcendental do Capital que emerge no seio da modernização. Isso ocorreria na justa medida em que a religião do progresso consegue esculpir seus ídolos inquestionáveis: o dinheiro torna-se um deus ingovernável, um princípio objetivo ao qual devem ser oferecidos contínuos e crescentes sacrifícios humanos; sob a carcaça da culpa (do alemão *schuld*) instala-se a dívida e o trabalho toma o lugar do sacrifício redentor do pecado.

Como um turbilhão em alto-mar, um maelström na versão de Edgar Allan Poe, o moderno feitiço da mercadoria submete todo esforço humano aos seus próprios caprichoso movimento autodestrutivo. Ao mesmo tempo, a modernização prepara no seio da Razão a autonomização das práticas e entendimentos como se fossem auto referidos. Enquanto giramos dentro do turbilhão acreditamos estarmos movendo o mundo só por estarmos vendo-o girar. Assim, diferentemente daquilo que preconizavam as teorias estruturalistas, do ponto de vista da crítica ao fetichismo da mercadoria, a sujeição moderna depende da Liberdade e não é sua negação.

O homem-máquina, que acompanha os ponteiros do relógio com o próprio corpo, como um funcionário reverente e consciencioso, é o seu totem, como bem figuraram os personagens de Fritz Lang em *Metropolis*. A forma social da mercadoria é o seu feitiço. E o Barão de Münchhausen que ergue a si mesmo, carroça e cavalos do atoleiro da mercadoria, puxando-se para cima pelos próprios cabelos, é a metáfora do neutro cientista-sacerdote. (Löwy, 1994)

A esta auto-ilusão de desvendamento e controle auto-irrefletido do mundo e de si mesmo também sucumbiu grande parte da própria teoria crítica, mesmo marxista; e é este o ponto de apoio de uma crítica oblíqua ao processo de modernização que precisa ver-se como parte da trama.

Assim, se não conseguimos pensar de fora a modernidade, estamos fadados a projetar nossa linguagem e nossa vida social sobre qualquer outra sociedade ou linguagem que nos dispusermos a analisar. A essa projeção da sociabilidade moderna sobre outras sociedades Karl Marx chamava *Robisonadas*, em alusão a Robinson Crusóe, o famoso náufrago que começou a organizar sua ilha deserta sob os princípios da moderna economia, tão logo pôs seus pés em terra firme. (Marx, 1983)

Por isso, o que nos resta é a crítica do presente por diferenciação do passado, sem a pretensão de tomá-lo como objeto de entendimento positivo. A sociedade moderna, na qual vivemos, produziu uma forma de sociabilidade específica a que chamamos inicialmente de modernidade capitalista. Mas o conceito de capital também tem história: trata-se da relação na qual toda uma sociedade passou a participar por meio da troca de mercadorias a partir de uma medida de tempo abstrata de trabalho, representado monetariamente em

cada mercadoria, tornada um objeto externo que passa a regular o tempo de trabalho e por consequência a prática social de seus produtores. O trabalho morto passa a comandar o trabalho vivo.

Um conjunto de relações tal não pode ser o resultado fortuito da evolução humana ao longo da história das civilizações. Foram necessários muitos canhões, tostões, expropriações, legislações sanguinárias, perseguições, genocídios, tribunais da Inquisição e formações coloniais – para dizer o mínimo – para que o mundo moderno, absorto na produção de riqueza, como dizia Marx, passasse a aceitar como natural e casual o fato de termos de gastar nossos nervos, músculos e cérebros de forma abstrata, calculada em tempo de trabalho, para produzir, fazer circular, trocar e consumir tudo sob a forma de mercadorias por meio da forma incontrolável do dinheiro que se auto valoriza.

Entre os séculos XII e XVIII e entre o velho e o novo mundo a modernidade foi se impondo lenta, mas obstinadamente, como única forma aceitável de vida sobre a face da terra. Apesar de ser um produto social e histórico, quanto mais se revelava a si mesma, mais claramente se percebia que o capitalismo era uma forma de sociabilidade que escapava ao controle dos homens e mulheres que a produziram. A começar justamente por isso, a questão do gênero no capitalismo precisa ser pensada a partir do embate que a sociabilidade moderna estabelecia com as formações sociais pretéritas, mais especificamente com os regimes agrários no cristianismo.

O século XVI é paradigmático para essa questão. Naquele século coexistiram as expedições colonizadoras dos recém-formados estados português e espanhol para as então chamadas Índias, a ocidente e a oriente de Roma, e a Reforma protestante, impulsionada pela tradução e impressão de versões da Bíblia em línguas acessíveis às populações europeias, como inglês e alemão, que tornaram possíveis a reinterpretação dos dogmas católicos e a elaboração de uma liberdade subjetiva das quais o capitalismo maduro é inteiramente dependente. Como anotou Benjamin (2013), o próprio capitalismo nasce como parasita do cristianismo e só aos poucos toma por completo o corpo do seu hóspede. Ou ainda, com um empurrão e um chute, como escreveu Marx, o capital derrubou todos os ídolos e proclamou a si mesmo como o deus total sobre a face da terra (Marx, 1983).

O mundo que começava a surgir da instalação de feitorias mercantis comandada por estados absolutistas da Europa nunca mais seria o mesmo e vai guardar esta marca enquanto o próprio capitalismo existir. Isso porque a colonização carregou consigo, para além da própria mercadoria, que começa a magnetizar as relações de cada território onde desembarca, aquilo que hoje chamamos de cultura e mentalidade europeia. Já a partir do século XVII a modernização aliou a nascente ciência moderna aos projetos coloniais: a Europa seria a portadora de uma racionalidade objetiva que deveria controlar o terrível mundo natural, catalogá-lo, submetê-lo à régua, ao compasso e à pólvora das naus iluminadas.

À época, a ciência e a filosofia ainda não haviam tido a oportunidade de refletir criticamente sobre o que seria esta tal racionalidade objetiva. O Ocidente - entendidos mais especificamente como meia dúzia de Estados nacionais absolutistas europeus - via a si mesmo como o mais alto grau civilizatório que uma sociedade já atingira, em grande parte

graças à capacidade científica de manipular o mundo a partir de leis universalmente válidas. Mas tal racionalidade objetiva só pôde existir como forma de conhecimento graças a uma objetividade das próprias relações sociais (Ortlieb, 2010). Contudo, o projeto civilizatório do Ocidente deveria ser imposto de maneira dupla: pelo controle da natureza no mundo e pelo controle da natureza no homem.

O controle da natureza no mundo é a formação territorial do Capital de fato, a gigantesca empreitada que transformou o globo terrestre em espaço abstrato, dividido em paralelos e meridianos. As localidades deste planeta existem enquanto potenciais plataformas de produção de mercadorias, sempre voltadas para o comércio mundial. Wallerstein chamaria a esse espaço mundializado do Capital de um sistema-mundo (Wallerstein, 1979). Claro que a eliminação de qualquer organização humana e a sua transformação em sociedade capitalista é o fundamento da territorialização do capital. Entretanto, não devemos nos enganar: apesar de a palavra *território* trazer a ideia de *terra*, para o território do Capital não importa se realmente existe chão sob seus pés para chamar aquilo de território. Provas disso não faltam: nas metrópoles do século XXI as prefeituras regulam o mercado do espaço aéreo para a construção civil. Mas já a caça às baleias produziu uma desenfreada disputa pelo controle dos oceanos e rotas marítimas em nome do óleo de baleia. Aliás, a narrativa de Moby Dick (Melville, 2008) é a metáfora precisa da modernização enquanto controle da natureza no mundo: a submissão do terrível demônio branco dos mares do Pacífico é o combustível que ilumina Paris, capital do século XIX. É curioso também que Melville tenha o disparate de afirmar que na verdade foram os baleeiros que emanciparam as colônias da América hispânica do jugo da coroa ao contornarem o cabo Horn e oferecerem outra possibilidade de comércio que não passasse pela malha real - há quem concorde que independência nacional é só uma questão comercial. Mas voltemos à terra seca.

Historicamente, a territorialização do capital aconteceu de maneiras distintas e com diferentes durações temporais. A expropriação dos camponeses feudais na Inglaterra para o estabelecimento de grandes produções de algodão para a indústria têxtil coexistiu com a matança geral nas chamadas Índias para a formação das feitorias litorais que passaram a servir às metrópoles com mercadorias tropicais produzidas por populações escravizadas. Assim, tanto o camponês feudal como o tupinambá é entendido como não civilizado: são bárbaros, parte da natureza e devem ser controlados, catalogados, subjugados à força, queimados se for preciso, assim como se faz com uma terra inóspita antes da aragem. É por isso que o operário inglês tomando chá com açúcar é uma imagem sintética do processo de modernização.

Na Europa ocidental podemos ver a territorialização do Capital caminhando a passos de ganso quando olhamos para os primeiros exércitos compostos de soldados assalariados, tomando corpo dentro dos Estados nacionais em formação. A concorrência, o pilar que organiza a relação entre os soldados de um batalhão, entre grupos de saqueadores ou até entre dois exércitos, ou ducados, ou reinos, surge como uma relação negativa própria da individualidade moderna, na qual a prosperidade de um ente só pode estar referida à ruína de outro. *O aventureiro Simplíccissimus*, romance barroco alemão de Grimmelshausen

(Grimmelshausen, 2008), no mais, oferece um rico quadro de uma dimensão deste longo e violento processo, escrito ainda no calor das batalhas da Guerra dos Trinta Anos na Europa do século XVII.

Nunca é demais lembrar que a mobilização soldadesca contou com a força espiritual das cartilhas jesuítas para incutir a obediência e escalonar o tempo (*cronos*) abstrato em batalhões da Espanha e da Prússia até o Novo Mundo, como bem nos ensinam as exortações de Naphta, o filósofo jesuíta de *A montanha mágica* (Mann, 1999).

Já na bacia do rio Paraguai, a obstinação das missões dos jesuítas sobre as populações originárias chegou a criar um padrão territorial de mobilização para o trabalho que assustou as duas coroas ibéricas pelo seu altíssimo grau de adesão e eficiência. O poder das missões religiosas dos católicos na mobilização para o trabalho nos séculos XVI, XVII e XVIII é tão expressivo que o geógrafo Pasquale Petrone, nos anos 1960 do século XX, chegou a se referir à experiência da Companhia de Jesus na América como uma tentativa de consolidação de um Estado Teocrático (Petrone, 1995). A mão pesada da Igreja se fez presente no processo de monetarização do tempo desde a Idade Média, por meio da proibição e da punição da usura com a generalização do Direito Canônico – o direito canônico repercute em outros campos da modernidade e obviamente no próprio campo jurídico autonomizado. O escritor alemão Heinrich Heine anotou uma vez que onde as tropas do Império Romano chegavam, a Igreja desembarcava seus dogmas (Heine, 2011).

Mas enfim, como pode pretender um fiel vender o tempo, se o tempo é antes uma matéria divina (*kairós*), que não lhe pertence? Os juros não são outra coisa senão uma remuneração em dinheiro sobre o empréstimo de dinheiro por um tempo determinado. A proibição da usura determinou por consequência o lugar social do judeu no seio da sociedade moderna, figura a quem coube os negócios bancários aos quais os católicos não podiam estar ligados, mas do qual não podiam se ver separados. Shylock, o mercador de Veneza da tragédia shakesperiana, revela bem o lugar social contraditório que os judeus e os juros ocupam em meio às grandes navegações, famintas de empréstimos. Deve-se a isso também a longa gestação do antissemitismo na Europa, o encurralamento de judeus em guetos no século XVI, os *pogroms* dentro do Império Russo no século XIX, a estatização da ideologia de Estado antissemita na Alemanha nazista dos anos 1930, até o atual antissemitismo nos poros das práticas e discursos do *Occupy Movement*, que confundem Capital e sistema financeiro – tomam a dimensão financeira do capitalismo como excrescência a ser expurgada em nome de um capitalismo depurado, industrial e nacional, ideologia que compartilham irrefletidamente com o terceiro *reich* e outros antissemitas declarados (Postone, 2010).

A territorialização do Capital surgiu historicamente do entroncamento das formações estatais burguesas da Europa ocidental com as navegações mercantis em direção ao Novo Mundo. Apesar de a colonização ser produto da universalização dos princípios objetivos da modernização, aos olhos da teoria eurocêntrica a colonização aparece como consequência da irradiação da cultura e da mentalidade europeias – da razão moderna. Essas explicações põem demasiado relevo na dimensão cultural e correm o risco de oferecer uma autonomia explicativa para um elemento que é apenas parte do problema. A modernização nunca

deixou de ser a imposição da racionalidade econômica do Capital, mas fez isso às costas dos sujeitos (Marx, 1983) que a carregaram. *Fazem a história, mas não sabem o que fazem*, como dizia Marx (Marx, 2011).

A colonização moderna, desde os seus primórdios, estabeleceu uma relação negativa com as populações que encontrava. O genocídio ameríndio e o redirecionamento da *mita* pelos espanhóis para o mercado mundial são capítulos dessa história. Também nesse aspecto deve-se considerar a particularidade de cada encontro. É possível identificar uma inflexão geral na relação entre colonizadores e colonizados: entre os séculos XVI e XVIII, essa relação se dava a partir de um discurso religioso que diferenciava povos pela cor da pele e justificava as ocupações territoriais enquanto justicamento divino concedido aos povos catequizados na fé verdadeira: negros escravizados na América portuguesa deveriam agradecer a escravização que sofreram porque só assim teriam sido trazidos para o caminho de uma nova transmigração, em direção aos céus, como exortavam os sermões do Padre Antonio Vieira. Já indígenas eram alvo de disputa: os jesuítas acreditavam na existência da alma indígena, de olho no seu potencial enquanto corpo útil, ainda que estes fossem vistos como portadores de uma menoridade, infantilizados e mais próximos da natureza do que os metropolitanos – e por isso chamados de ‘negros da terra’. Para o jesuíta, o indígena era a encarnação do mito do *Bom Selvagem de Cristovão Colombo ou de Bartolomé de Las Casas*. Já o negro, para a modernidade, é a imagem de degenerescência completa: *Caliban* é filho do demônio com uma bruxa maligna, todos habitantes de uma “ilha remota”, fora da Europa. A figura do *Caliban* apresenta uma imagem tão caricata que a comédia shakespeariana ganhou uma versão pós-colonial ambientada no Haiti, escrita por Aimée Cesaire (Cesaire, 1997). Especula-se que a palavra *Caliban* seria um anagrama de Canibal. Também é de se notar que no século XVI fez algum sucesso o ensaio de Michel de Montaigne sobre canibais, que invertia palavras para chamar o velho mundo de bárbaro e o canibalismo é praticado pela civilização moderna (Montaigne, 2010).

Já a partir do século XIX, através da proliferação do Iluminismo, o discurso científico toma o lugar das antigas exortações religiosas que justificavam a escravidão. No período conhecido como neocolonialismo, o estatuto da raça, baseado em uma falaciosa explicação biológica da história das sociedades – uma ficção útil, anota Achille Mbembe (Mbembe, 2013) - ganha força e passa a organizar a consciência moderna em diversos níveis. Valeria lembrar que o holocausto de judeus durante a 2ª Guerra Mundial se fundamentava em uma explicação racista - somente a partir do século XIX o antissemitismo passa a enxergar o judeu como uma raça no sentido biológico; até então o hebreu era antes de tudo uma religião e um povo (Arendt, 2014). Mas o racismo tornou-se ainda mais profundo, a ponto de organizar a mentalidade moderna em relação à identidade e à diferenciação que a sociedade moderna passou a fazer de si.

Na Geografia, a teoria de Friederich Ratzel também situa a experiência social e histórica na fronteira com a biologização ao apresentar *a família, a tribo e a comuna* como unidades populacionais basilares sobre as quais se constitui um território. E disso deriva a sua teoria do Espaço Vital (*lebensraum*): Do mesmo modo, com o crescimento em amplitude do Estado,

não aumentaram apenas os metros quadrados, mas sua força, sua riqueza, sua potência (Ratzel, 1990).

Da família ao Estado, o vínculo originário do laço de sangue estabeleceria os fundamentos para a evolução do território da família ao território do Estado-Nação, ao qual corresponderia um espaço vital cuja ocupação seria legítima, em um arranjo que conjuga as explicações darwinistas e a sede de expansão imperialista depositada no Estado com um ser biológico.

Em alguns casos o racismo tornou-se política oficial de Estado – como no apartheid sul-africano. Nesse sentido a pesquisa de Hannah Arendt (Arendt, 2014) sobre as origens do antissemitismo é fundamental, uma vez que situa a metamorfose do racismo em ideologia de Estado, na passagem do século XIX para o XX. De qualquer maneira, o racismo encontra-se também dissolvido na ideologia cotidiana, seja na definição das estratégias da polícia militar do Estado de São Paulo, seja na corrente islamofóbica parisiense. A matriz cultural moderna é, portanto, branca e ocidental mas não de forma essencialista, antes relacional. A fronteira entre os estudos étnicos e a genética nunca deixou de propiciar conclusões insuficientes quanto à relação entre a base genética e a origem étnica, já que não existe uma base global comparativa que indique a origem étnica de cada gene. Por mais que se insista, não existe uma essência biológica para o que significa ser branco ou ocidental. Essas condições só passaram a existir na medida em que o sentido histórico e social do que é ser branco ou ocidental foram sendo construídos, sempre de maneira relacional ao que passou a significar ser não branco, não ocidental – características estas que se formaram historicamente em relação com o surgimento da sociedade do valor (Scholz, 2005).

Aos poucos podemos ver como a racionalidade moderna esteve inseparavelmente ligada às atrocidades com que conviveu. Mas, com o passar dos séculos sua violência decantou em formas econômicas de violação dos corpos. Durante o longo processo de formação dos estados nacionais constituiu-se a soberania; sob o princípio burguês da cidadania, a violência tornou-se monopólio dos estados e é acionada somente para nos fazer aceitar o inaceitável e metamorfoseá-lo sob a forma da normalidade do Estado de exceção permanente ao qual estamos sujeitos (Agamben, 2011).

O controle da natureza no próprio homem é o outro lado da moeda. O paradigma moderno da racionalidade acreditava combater o instinto animalesco no homem ao combater aquilo que havia de natureza nele – até um renomado socialista alemão do século XIX escreveu um artigo sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem (Engels, 1990). Assim, para a modernidade, a sociedade surgia em oposição à natureza também no homem. A industrialização ampliou a docilidade dos corpos frente ao trabalho, que passou de instrumento de tortura (*tripalium*) a caminho ascético de cidadãos puritanos e bem-aventurados. Essa operação dependeu profundamente do desenvolvimento de uma frieza para com o próprio Eu, cujos últimos desenlaces estão estampados nas capas de jornais de todo o mundo sob a forma do amoque suicida. (Kurz, 2003)

De toda forma, a invenção da eletricidade encontrou uma de suas primeiras aplicações nas linhas de produção fabris para que a jornada de trabalho de fato não tivesse mais nada

a ver com o tempo do sol. Mas, ainda que as fábricas do século XIX contassem com a força de trabalho de mulheres e crianças, a batalha pelo controle da sociedade sobre a natureza no homem se dava em um terreno que entendia a feminilidade como parte da natureza e a masculinidade como instrumento civilizatório. Na poesia e nos primeiros romances modernos – para não dizer na forma como a modernidade leu os textos antigos – a mulher ocupa o lugar de musa, símbolo da relação com o divino, da beleza, enquanto o poeta ou o escritor, nomeadamente masculino, ocupa o lugar do artista, aquele que decodifica os símbolos e os transforma em obra do espírito humano, ou seja, da razão masculina.

Na modernidade, todo símbolo, manifestação cultural e estado psíquico passaram a ter sua existência mediada no seio familiar, enquanto unidade produtiva de sujeitos para o mundo do trabalho. A família moderna é assim a síntese de uma relação que define para todos que participam dela padrões culturais, psicológicos e simbólicos de acordo com o sexo, ou seja, da imposição de uma relação de gênero biologizante (Scholz, 1996). Dentro do processo de modernização o homem deveria ocupar o lugar social da produção, da racionalidade, da objetividade, da economia de mercado e do espaço público. A mulher, por sua vez, deveria ocupar o lugar social da reprodução da unidade familiar (alimentar e educar os filhos), da sensibilidade, da paixão, e do espaço privado do lar.

A própria moderna educação surgiu como imposição da racionalidade masculina sobre o corpo e a mente infantilizados e feminilizados da criança, entendida como matéria natural modelável. No romance *David Copperfield*, do escritor inglês Charles Dickens (Dickens, 2014), a educação aparece figurada no personagem do Sr. Murdstone, um padrasto austero que combate o excesso de compaixão da mãe no processo educativo do filho e introduz a criança no universo produtivo e racionalizado na economia empresarial – *Copperfield* torna-se funcionário das docas de Londres aos sete anos de idade. Também em relação aos processos de educação, a violência decantou e foi internalizada pelos sujeitos modernos, que passaram a conviver intrinsecamente com a dissociação sexual produzida pela modernidade, com a qual o sujeito moderno toma contato no seio familiar e nas primeiras experiências de socialização (Scholz, 1996).

Por sua vez, a luta por direitos políticos das mulheres é tão longa quanto o moderno Estado nacional, mas desde os anos 1970 este jogo de relações tem sido diretamente confrontado, ainda que nunca tenha deixado de conviver com a questão da dupla jornada de trabalho. O colapso da modernização, além de acarretar atribuições acrescidas às mulheres, também conduz a luta feminista para o interior da esfera concorrencial capitalista. O valor e a *dissociação sexual* formam a armadura protetora do Capital e nesse aspecto as reflexões de Roswhita Scholz são fundamentais.

Uma sociedade que existe a partir desta lógica faz tudo que pode contra si mesma: porque, ao transformar a totalidade das relações em instrumento de valorização do valor, o mundo passa a existir enquanto um álibi do Capital. Em nossos dias todo esforço físico e anímico tem lugar garantido nas prateleiras, nos consultórios ou nos campos de concentração, todos a serviço do impessoal e cego processo de valorização do valor. O trabalhador, quando por um lampejo percebe a tautologia da sua prática social, vê-se em uma encruzilhada: pode

optar por uma virada cínica e pragmática em nome de realizações pessoais e recompensas reificadas, ou cultivar um olhar oblíquo, irônico, sobre os processos que produziram a sua própria situação social e em alguma medida torná-los objeto de reflexão consciente e coletiva.

A dissociação sexual projeta uma sombra, entretanto, sobre cada tentativa de totalizar a forma da mercadoria no mundo. A relação entre aquilo que se submete ao mundo masculinizado do trabalho e o mundo feminilizado do cuidado demanda uma formulação teórica não resolvida, em aberto, porque a própria reprodução da sociedade opera sobre bases relacionais que estão em processo contínuo de transformação.

Mesmo assim é possível dizer que a modernidade comporta posições de gênero impostas pela universalização do Capital. Na modernidade surgiram posições sociais que personificam quem *teria imposto* e *a quem teria sido impostas* estas relações. Nesse aspecto não faltam controvérsias. O burguês é a personificação mais nítida da figura que impõe ao mundo a racionalidade objetiva do Capital. E o proletariado foi entendido por muito tempo como classe conscientemente explorada pela burguesia e por ser sujeito e objeto da exploração continente da emancipação social em razão da sua posição na sociedade social. O marido é o executor do mundo patriarcal e a esposa a figura de sujeição ao patriarcado. Nada disso vai tão fundo na questão quanto é necessário.

Ambas as personificações existem no âmbito da sociabilidade da mercadoria, que é ela mesma esta racionalidade objetiva, uma espécie de Deus total, como dizíamos, que captura toda ação e subverte os seus fins à sua própria lógica. O planejamento e a execução das ações dos sujeitos que vivem na modernidade capitalista se depara constantemente com a negação das intenções ou a contradição do resultado esperado, porque o Capital subverte cada ação em meio para a valorização do valor e sua dissociação. Como o crítico literário Theodor Adorno (Adorno, 1969) destaca, Hamlet (Shakespeare, 2019) é a metáfora desta subjetividade moderna. Ele planeja a morte do tio que matou seu pai, executa o planejado, mas não atinge o objetivo almejado, porque seus planos são agarrados e transformados por algo que vai além do seu controle. Na tragédia de Hamlet, como em grande parte da literatura moderna, a representação do feminino segue à risca a dissociação sexual. Sua recusa em aceitar o novo pai leva-o a projetar sobre a figura materna a imagem da submissão e da fragilidade. Hamlet propõe, portanto, uma pergunta sobre o contexto relacional da capacidade masculina da razão em executar uma ação planejada e o contexto relacional da fragilidade e da submissão feminina frente à estrutura familiar, ambos forjados no seio dos padrões culturais, psicológicos e simbólicos do patriarcado moderno. Um passo importante nesta reflexão começa na formulação de perguntas sobre o caráter naturalizante do patriarcado, suas delegações de funções psicossociais e identidades simbólico e culturais aos indivíduos a partir de seu sexo. Na versão literária do drama real, o escritor Büchner (Büchner, 2003) relata a história de Woyzeck, um soldado insubmisso que açoitado pelo mundo masculino que se volta sobre a única pessoa a quem ainda pode subjugar, a namorada, a quem ele assassina.

Uma reflexão paralela é necessária quando o tema é a posição do burguês e do proletário na sociedade. Aqui vale um conto: certa vez, o escritor Franz Kafka caminhava

acompanhado de um amigo em uma galeria aonde se encontrava um quadro do pintor expressionista Georg Grosz, mostrando uma versão caricaturada de um burguês gordo e um trabalhador pauperizado e magro. O amigo achava a representação bastante verossímil. Mas Kafka achava-a pobre porque acreditava que, na sociedade, ambos os personagens se encontram manietados, dominados (Janouch, 2008). No reino da mercadoria, quem não é escravo?

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. Palavras e sinais: Modelos críticos 2. Vozes, Petrópolis, 1995.
- AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção: Homo sacer. O poder soberano e a vida nua I, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2004.
- AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção: Homo sacer. O poder soberano e a vida nua II, São Paulo, Boitempo, 2011.
- ARENDT, Hannah. Origens do totalitarismo. Companhia das Letras, São Paulo, 2014.
- BENJAMIN, Walter. O capitalismo como religião. Boitempo Editorial, São Paulo, 2013.
- BÜCHNER, Georg. Woyzeck. Hedra, São Paulo, 2003.
- CESAIRE, Aimée. Une tempête, d'après La Tempête de Shakespeare. Points, Paris, 1997.
- DICKENS, Charles. David Copperfield. Cosac Naify, São Paulo, 2014.
- ENGELS, Friederich. O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem Editora Global, São Paulo, 1990.
- GRIMMELSHAUSEN, Hans Jacob Christoffel Von. O aventureiro Simplicissimus. Editora UFPR, Curitiba, 2008.
- HEINE, Heinrich. História da Religião e da Filosofia na Alemanha. Madras, São Paulo, 2011.
- JANOUCHE, Gustav. Conversas com Kafka. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2008.
- KURZ, Robert. A guerra de ordenamento mundial. O Fim da Soberania e as Metamorfoses do Imperialismo na Era da Globalização. Obeco, Lisboa, 2003.
- LÖWY, Michel. As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen. Marxismo Positivismismo na Sociologia do Conhecimento, São Paulo, Editora Cortez, 1994.
- MELVILLE, Herman. Moby Dick. Cosac Naify, São Paulo, 2008.
- MANN, Thomas. A montanha mágica. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1999.
- MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. Antígona, Lisboa, 2013.
- MARX, Karl. O Capital. Crítica da Economia Política. Livro I V.1, Abril Cultural, São Paulo, 1983.

MARX, Karl. O 18 de brumário de Luís Bonaparte. São Paulo, Boitempo, 2011.

MONTAINGE, Michel. Os Ensaio. Companhia das Letras, São Paulo, 2010.

ORTLIEB, Claus Peter. Objetividade inconsciente. Obeco, Lisboa, 2000.

PETRONE, Pasquale. Aldeamento Paulistas. São Paulo, HUCITEC, 1995.

RATZEL, Friederick. Geografia do homem. In: Ratzel. Coleção Grandes Cientistas Sociais. MORAES, Antonio Carlos Robert de (Org.). São Paulo, Ática, 1990.

SHAKESPEARE, William. Hamlet. LP&M, Porto Alegre, 2019.

SCHOLZ, Roswitha. O valor é o homem. In Revista Novos Estudos CEBRAP, n.45 1996.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Annales 71, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86

Antropologia 29, 46, 61, 76, 77, 83, 85, 112, 119, 120, 124, 133, 134, 136, 137, 143, 153, 160, 163, 166, 196

Araweté 11, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153

C

Camelôs 13, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25

Cidadania 69, 100, 102, 103, 104, 110, 121, 127, 130, 184

Ciência 26, 27, 29, 30, 33, 34, 36, 37, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 100, 113, 118, 154, 157, 158, 163, 165, 180

Complementaridades 26, 36, 150

Comunidade 1, 3, 5, 10, 45, 46, 47, 48, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 73, 74, 75, 101, 118, 125, 126, 130, 133, 210, 217

Conflitos 4, 19, 45, 47, 48, 51, 57, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 93, 113, 132, 154, 217

Conhecimentos 9, 1, 2, 10, 26, 29, 30, 48, 52, 53, 91, 123, 126, 131, 137, 163, 173, 210

Crônica 88, 89, 90, 98, 191

D

Deleuze 143, 145, 146, 147, 152

Democratização 100, 104

Desenvolvimento 3, 6, 9, 17, 29, 43, 45, 47, 49, 50, 51, 52, 54, 56, 65, 70, 92, 93, 105, 108, 109, 110, 114, 118, 123, 126, 127, 133, 171, 184, 191, 208, 214, 215, 217, 218, 219, 221, 223, 224

Diálogo 9, 26, 29, 30, 43, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 75, 95, 103, 108, 109, 113, 127

Dicotomias 26, 33, 38, 41

E

Economia Solidária 1, 5, 6, 8, 130

Educação 45, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 117, 118, 119, 120, 126, 127, 130, 131, 134, 175, 207, 212, 227

Elementos 1, 3, 7, 8, 14, 15, 18, 19, 34, 36, 37, 46, 57, 66, 74, 82, 91, 92, 101, 112, 115, 124, 130, 161, 165, 166, 170, 198, 216

Etnocentrismo 71, 80

Extensão universitária 1, 6, 7, 9

F

Feira de Santana 13, 16, 17, 19, 20, 21, 24, 25

H

Habilidades 61, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 210, 220

I

Identidade 58, 75, 86, 111, 119, 120, 150

M

Mediação 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 162

Memória 4, 35, 56, 72, 123, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 189, 191, 192, 193, 194, 195

Missão francesa 71, 79, 80, 81, 82, 87

Mulher 54, 167, 168, 169, 170, 173, 174, 175, 185, 191

N

Nação 71, 72, 73, 74, 75, 159, 164, 176, 184, 204

Nobreza 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98

O

Ossos Pélvicos 137

P

Pesquisa-ação 1, 2, 5, 104

Podcast 100, 104, 106, 110

Políticas públicas 56, 66, 121, 123, 126, 127, 128, 132, 133, 135

Povos indígenas 47, 57, 111, 112, 118, 148

Q

Quilombola 118, 119, 121, 124, 125, 126, 130, 131, 132, 133, 134

R

Região 5, 17, 20, 45, 46, 47, 49, 50, 54, 56, 57, 78, 82, 98, 130, 132, 136, 195

Rei 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 160, 162

S

Sexo 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 168, 185, 186

Sistemas complexos 26, 27, 37, 40, 42, 114

T

Terra 47, 48, 50, 51, 52, 55, 66, 80, 81, 97, 122, 123, 124, 125, 127, 132, 134, 147, 148, 149, 179, 180, 181, 183

Territorialidades 13, 14, 15, 56, 57

Trabalho 9, 12, 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 24, 25, 26, 47, 48, 50, 53, 54, 57, 61, 62, 66, 82, 83, 91, 102, 108, 119, 121, 123, 124, 125, 132, 134, 144, 167, 169, 170, 171, 172, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 184, 185, 186, 191, 192, 193, 201, 205, 208, 210, 216, 219, 221, 224

U

USP 25, 44, 57, 71, 75, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 153

V

Viabilidade 8, 59, 63, 66, 70

Vídeo 100, 104, 106, 107, 108, 109

Violência 51, 117, 123, 167, 168, 169, 167, 170, 171, 173, 174, 175, 184, 185

Viveiros de Castro 143, 144, 147, 148, 150, 151

 **Atena**
Publisher
2 0 2 0